

ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECÁRIA S.A.

CNPJ Nº 17.441.197/0001-05 - Carta Patente nº A-70/241 - Rua da Bahia, 1004 - 12º andar - Belo Horizonte - MG

Relatório da Administração

Economisa Companhia Hipotecária apresenta suas demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

O cenário econômico do país de crescimento negativo justificou a priorização na gestão da carteira de crédito existente, principalmente na recuperação dos créditos baixados como prejuízo, que totalizaram, no encerramento do semestre, o montante de R\$ 1.798 mil.

Do resultado do exercício

No exercício de 2020 houve um resultado negativo no valor de R\$ 414 mil, sendo no semestre de R\$ 164 mil, ante resultado positivo do exercício anterior de R\$ 597 mil, com o Patrimônio Líquido atingindo o montante de R\$ 28.469 mil.

Programa Minha Casa Minha Vida

No ano de 2020 foram realizadas várias reuniões no Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) com vistas à prorrogação do prazo para conclusão das obras da modalidade oferta pública e pagamento daquelas que foram concluídas e entregues após o prazo estabelecido na Lei 11.977.

Chegou-se ao final do ano com uma medida provisória, aprovada pelo Congresso Nacional e enviada para sanção Presidencial, que criou o Programa Casa Verde e Amarela e irá restabelecer o PMCMV oferta pública, prorrogando o prazo para conclusão e entrega das obras.

Os recursos existentes do programa se encontram aplicados em Títulos de Renda Fixa e ou Títulos do Tesouro Nacional.

Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS

Refere-se ao valor de créditos habilitados junto ao fundo, marcados com RCV e auditados com valor, que totalizavam em 31/12/2020 R\$ 98.169 mil e estão direcionados para amortização de dívida junto ao FGTS no valor de R\$ 91.875 mil.

Deste total, R\$ 20.330 mil encontram-se em processo de novação junto ao Tesouro Nacional, cuja assinatura do contrato espera-se ocorrer no primeiro semestre de 2021.

Das Atividades

Apesar de o ano de 2020 ter se encerrado com uma perspectiva de melhora do cenário econômico, os impactos potenciais da pandemia do COVID-19 para as operações de 2021 precisam ser avaliados conforme evolução da situação.

Demonstração do Resultado para os Períodos Ffindos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - (Milhares de Reais)				Sem. Fin.	Exer. Fin.	Exer. Fin.
	31.12.20	31.12.20	31.12.19			
Receita da Intermediação Financeira	3.821	9.097	11.165			
Operações de Crédito	208	224	492			
Resultado de Op. c/Tit. Val. Mobiliários	945	2.160	3.861			
Rendas de Créd. Vinculados ao SFH	2.668	6.713	6.812			
Despesas da Intermediação Financeira	(1.814)	(4.688)	(5.585)			
Operações por Emp. Ctes. e Repasses	(1.814)	(4.688)	(5.585)			
Resultado Bruto da Interm. Financeira	2.007	4.409	5.580			
Outras Receitas/Desp. Operacionais	(2.210)	(4.942)	(5.170)			
Despesas de Pessoal	(293)	(710)	(885)			
Outras Despesas Administrativas ...	(3.459)	(6.946)	(8.156)			
Despesas Tributárias	(138)	(295)	(422)			
Outras Receitas Operacionais	1.913	3.287	4.434			
Outras Despesas Operacionais	(233)	(278)	(141)			
Resultado Operacional	(203)	(533)	410			
Resultado Não Operacional	39	119	485			
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações	(164)	(414)	895			
Imposto de Renda	0	0	(212)			
Contribuição Social	0	0	(85)			
Lucro Líquido/Prejuízo do Período ..	(164)	(414)	596			
Lucro por Lote de Mil Ações em R\$	0,00	0,00	0,80			

Demonstração do Resultado Abrangente dos Exercícios de 2020 e 2019			
Lucro Líquido/Prejuízo do Período ..	(164)	(414)	596
Outros Resultado Abrangentes	-	-	--
Resultado Abrangente do Período	(164)	(414)	596

10. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e as obrigações legais observam o Pronunciamento Técnico CPC 25 e são efetuados de acordo com os seguintes critérios: Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseados na opinião dos assessores jurídicos e da Administração for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas e os de perdas remota não são mencionados.

Exercícios Findos em 31.12.2020 31.12.2019

Provisões Para Contingências 21.745 24.857

TOTAIS 21.745 24.857

11. Capital Social

No período, houve crescimento de 2,19% no Patrimônio Líquido da empresa e o seu Capital Social integralizado, é representado por 745.000 ações, sem valor nominal, sendo 745.000 ordinárias, nominativas, sem valor nominal, registradas em nome de acionistas domiciliados no País.

12. Transações com Partes Relacionadas (Diretas e Indiretas)

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Ativos/Passivos Receitas/Despesas

Despesas de Aluguel 14.000

Ergon Serviços Financeiros Ltda 84.000

13. Gerenciamento de Riscos

Risco Operacional

A Gestão do Risco Operacional na Economisa é fundamentada na elaboração e implantação de normas e procedimentos baseados em metodologias de coleta e tratamento de dados históricos de perdas, buscando melhorar os sistemas de controles internos e a criação de um banco de vulnerabilidades. Em atendimento à Resolução 3.380, do Conselho Monetário Nacional, foi aprovada pela Diretoria a Política Institucional para Gerenciamento do Risco Operacional.

Os relatórios completos sobre a estrutura de gerenciamento do risco de mercado e risco operacional estão disponíveis na sede da instituição.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez consiste na possibilidade da Entidade não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e

Demonstração de Fluxo de Caixa para os Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - (Milhares de Reais)				Semestre Findo em 31.12.20	Exercício Findo em 31.12.20	Exercício Findo em 31.12.19
A - Lucro Líquido do Exercício	(164)	(414)	596			
Depreciação e Amortização	9	18	25			
Lucro Líquido Ajustado	(155)	(396)	621			
Variação de Ativos e Obrigações						
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	623	4.264	4.079			
Redução (Aumento) de Relações Interfinanceiras FCVS	95.305	91.713	(6.405)			
Redução (Aumento) em Op. de Crédito	175	732	226			
Perdas Esp. em Op. de Crédito	0	(85)	0			
Redução (Aumento) em Out. Créditos	(138)	2.947	(20)			
Redução (Aumento) em Outros	(822)	(5.114)	(2.041)			
Aumento (Redução) em Outras Obrigações)	(95.064)	(96.624)	(105)			
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais.	79	(2.167)	(4.267)			
C - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos						
Aumento por Baixa de Investimentos	0	0	1.416			
(-) Aquisição de Imobilizado de Uso	0	3	(104)			
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades de Investimentos	0	3	1.312			
D - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos						
(-) Redução em Obrigações p/ Empréstimos e Repasses	0	2.473	(2.288)			
(-) Dividendos Provisoriamente	0	0	(142)			
(+) Reversão de Dividendos	142	142	161			
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades de Financiamentos	142	2.615	2.307			
E - Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	66	55	(27)			
Modificações na Posição Financeira						
No Início do Período	23	34	61			
No Fim do Período	89	89	34			
Variação	66	55	(27)			

recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A Política de Liquidez implantada define os níveis mínimos de liquidez que a Organização deve manter, assim como os instrumentos para gestão da liquidez em cenário normal e em cenário de crise. O controle do risco de liquidez é realizado diariamente de forma independente pela tesouraria, com distribuição de relatórios às áreas envolvidas na gestão e no controle, bem como à Diretoria.

Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas de mercado, uma vez que a carteira ativa e passiva da Entidade pode apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

O processo de gerenciamento de risco de mercado na Economisa consiste num acompanhamento diário do mercado visando a proteção de suas posições.

Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental é orientado por matriz de risco dos clientes com exposição de crédito ou de obrigações junto a Economisa, que considera os fatores socioambientais aos quais o cliente está inserido, seu objeto social e atividades correlatas. As análises sobre as informações prestadas pelos clientes e as obtidas junto a órgãos governamentais fazem parte do processo para emissão de recomendação interna para suas decisões e procuram preservar a instituição em possível risco à sua reputação.

Tarsila Ortenzio Velloso
Diretora-Presidente

Ivair Pereira de Souza
Diretor

Alvaro Cagnoni
Diretor

Maria Elizabeth Segal Delarmelina
Contadora
CRC/MG – 058.248

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Economisa Companhia Hipotecaria

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Economisa Companhia Hipotecária, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Economisa Companhia Hipotecária em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração o pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro, são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 03 de março de 2021.

Vaz & Maia Auditores Independentes - CRCMG 503

Antônio Hilário Maia - CRCMG 039.822

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 - (Milhares de Reais)			
	Nota 31.12.2020	31.12.2019	
Ativo	156.831	251.252	
Disponibilidades	89	34	
Instrumentos Financeiros	156.217	250.672	
Títulos e Valores Mobiliários	5	27.498	31.762
Relações Interfinanceiras-FCVS	6	118.486	210.212
Operações de Crédito	4	2.773	3.420
Financiamentos Imob. - Setor Privado		4.799	5.374
Provisão para Perdas Esperadas		(2.026)	(1.954)
Operações de Crédito		2.330	1.916
Outros Créditos		5.130	3.362
Outros Valores e Bens		5.117	3.347
Imóveis Não de Uso Próprio		13	15
Outros Valores e Bens		2.160	2.160
Imobilizado de Uso	7	(1.635)	(1.614)
Depreciação Acumulada		156.831	251.252
Total do Ativo			

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido p/ os Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - (Milhares de Reais)					
	Capital Realizado	Reservas de Lucro Res. Legal	Reserva Especial de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Período
Saldo em 31.12.2018	21.500	521	6.105	0	28.126
Lucro do 1º Semestre de 2019				298	298
Reversão de Dividendos				161	161
Constituição de Reserva Legal		15		(15)	
Dividendos Estatutários				(71)	(71)
De Lucros para Reserva Especial			373	(373)	
Saldo em 30.06.2019	21.500	536	6.478	0,00	28.514
Lucro do 2º Semestre de 2019				298	298
Constituição de Reserva Legal		15		(15)	
Dividendos Estatutários				(71)	(71)
De Lucros para Reserva Especial			212	(212)	
Saldo em 31.12.2019	21.500	551	6.690	0,00	28.741
Lucro do 1º Semestre de 2020				(250)	(250)
Reversão de Dividendos				142	142
De Lucros para Reserva Especial			(108)	108	
Saldo em 30.06.2020	21.500	551	6.582	0,00	28.633
Lucro do 2º Semestre de 2020				(164)	(164)
De Lucros para Reserva Especial			(164)	164	
Saldo em 31.12.2020	21.500	551	6.418	0,00	28.469

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em Dezembro de 2020 e 2019

1. Contexto Operacional

A Economisa Companhia Hipotecária é uma Sociedade Anônima de Capital fechado, que tem por objetivo social proporcionar amparo financeiro e creditício a operações imobiliárias, praticando as operações ativas permitidas às Companhia Hipotecárias.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e com as normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), e alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 para a contabilização das operações, quando aplicável às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis da Economisa Companhia Hipotecária estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução nº 4.818/20 do CMN e da resolução 2/2020 do Banco Central do Brasil. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

3. Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas obedeceram ao regime de competência, incluindo as receitas e despesas relativas aos ativos e passivos.

3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - São representados, basicamente, por disponibilidades e aplicações de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento, na data da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2 - Os Ativos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base “pró rata die”), auferidos. Para os Financiamentos Imobiliários, além dos valores de realização, também são considerados os rendimentos e variações monetárias, representados pelo valor dos financiamentos concedidos, acrescidos de atualização monetária e juros, calculados com base em índices contratuais. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em conta as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. (Nota 04).

3.3 - O Permanente é demonstrado aos custos de aquisição, líquidos das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, às seguintes taxas anuais: Edificações, 4%; Móveis e Utensílios, 10%; Veículos e Equipamentos de Processamento de Dados, 20%.

3.4 - O Passivo é demonstrado pelos valores devidos, já incluídos os encargos e as variações monetárias, entre os quais a Provisão para Imposto de Renda constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional específico e feitas as opções permitidas, e a Contribuição Social constituída à alíquota de 9%.

3.5 - A partir de 2002, por força das Circulares 3.068 de 08.11.01 e 3.082 de 30.01.02, ambas do Banco Central do Brasil, as instituições financeiras passaram a adotar novos critérios de avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários, assim sumarizados: (i) Títulos para negociação - títulos e valores mobiliários adquiridos para negociação ajustados ao valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período; (ii) Títulos disponíveis para a venda - títulos e valores mobiliários que não se enquadraram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento - “ajuste a valor de mercado”, em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido; e (iii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários, exceto ações resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da Instituição de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do período.

4. Operações de Crédito				
Nível de Risco	Quantidade Contratos	Valor dos Contratos	Valor da Provisão	
AA	0	0	0	
A	82	1.330	7	
B	21	115	1	
C	66	597	18	
D	20	242	24	
E	44	516	154	
F	19	288	144	
G	13	114	80	
H	133	1.597	1.598	
Totais	398	4.799	2.026	

Por meio da resolução 2.682/99 do CMN, introduziram os seguintes parâmetros para a classificação das operações de crédito e constituição da provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa:

- As operações de crédito devem ser classificadas em níveis de risco entre, “AA” (risco mínimo/nulo – 0%) e “H” (risco máximo – 100%).
- A provisão para créditos de liquidação duvidosa deve ser efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela resolução 2.682/99 e com a redação dada pela resolução 2.697/00. Essa classificação leva em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias hipotecárias obtidas.

5. Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria

São títulos adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente de forma ativa, avaliados e ajustados pelo valor de mercado, registrados conforme disposto na circular 3.068 de 08/11/2001, e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil, estando assim demonstrados.

Exercícios Findos em 31.12.2020 31.12.2019

Aplicações do Tesouro – LTN-LFT - NTN 20.044 21.558

Fundo de Aplicação Financeira 775 4.664

Títulos Vinc. a Prest. Garantias - Outros .. 6.679 5.540

Total 27.498 31.762

6. F.C.V.S. – Com Opção pela Novação			
	Exercícios Findos em 31.12.2020	31.12.2019	
F.C.V.S. marcados com RCV e Auditado .	98.169	191.948	
F.C.V.S. em processo de validação	20.317	18.264	
Líquido	118.486	210.212	

Refere-se a créditos relativos a habilitações de saldos residuais de mutuários que liquidaram ou foram beneficiados por dispositivos legais com a liquidação antecipada de suas dívidas.

FCVS marcados com RCV e auditados no valor de R\$ 98.169 estão direcionados para amortização de dívida junto ao FGTS no valor de R\$ 91.875 (nota 9), conforme contrato de constituição e segregação de garantias, datado de 27/05/2002 e seu aditivo de 16/11/2007.

7. Imobilizado de Uso

Exercícios Findos em 31.12.2020 31.12.2019

Imóveis de Uso – Edificações 830 830

Móveis e utensílios 811 811

Sistema de Comunicação/Proc. de Dados . 519 519

Sub - Total 2.160 2.160

Depreciação acumulada (1.634) | (1.614) | || Total | 525 | 546 | |

8. Outras Obrigações

Referentes a encargos retidos ou provisionados para recolhimento nos exercícios seguintes.

9. Obrigações por Empréstimo e Repasses

9.1 - Dívidas –FGTS

9.1.1 - As obrigações junto à FGTS (CAIXA) no valor de R\$ 91.875 no exercício findo de 2020 e de 2019 no valor de R\$ 182.371, decorrem de Contrato de Consolidação de Dívida firmado em 30 de março de 1994, e posteriores aditamentos.

9.1.2 – Juros remuneratórios de 3,12% a.a. e atualização monetária pelo índice da poupança.

9.2 – Repasses PSH – PMCMV

Em dezembro de 2020 o valor de subsídios a liberar do Programa Social da Habitação- PSH e do Programa Minha Casa Minha Vida é de R\$ 13.587 e em dezembro de 2019 no valor de R\$ 13.987.